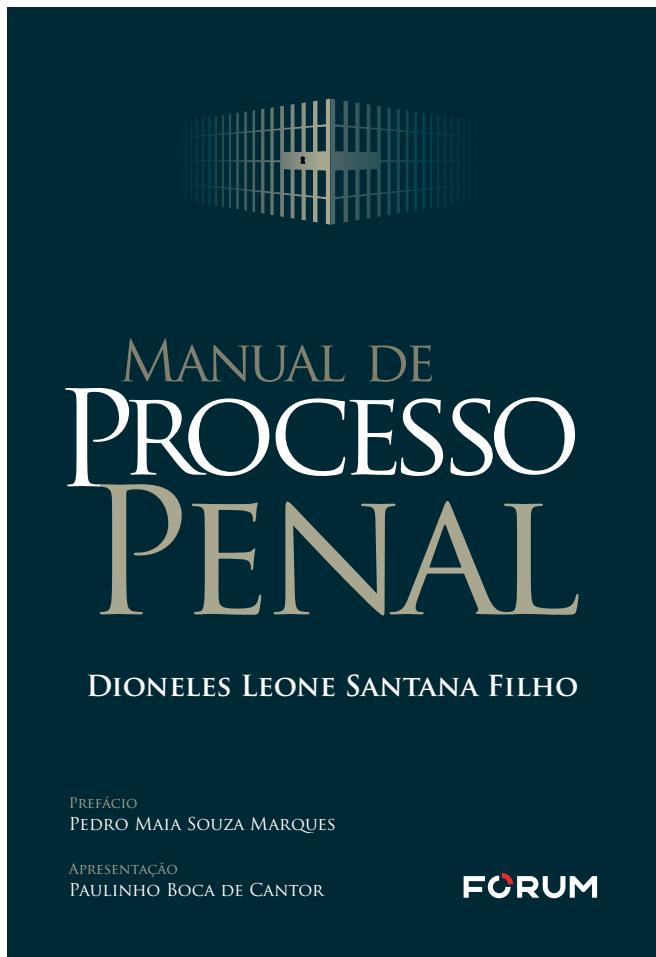


DIONELES LEONE SANTANA FILHO

Pedro Maia Souza Marques
Prefácio

Paulinho Boca de Cantor
Apresentação

MANUAL DE PROCESSO PENAL



O sistema processual penal, consagrado doutrinariamente em nosso país, é o sistema acusatório, em que pese exista divergência e questionamento sobre esse tópico. Embora não expressamente previsto no texto constitucional, pode-se extrair a opção legislativa pelo sistema acusatório por meio de interpretação sistemática do texto constitucional, uma vez que as funções de acusar, defender e julgar – conferidas aos órgãos do Ministério Público, aos advogados da Defensoria Pública e ao Poder Judiciário, respectivamente, conforme elucidam os artigos 127, 133, 134 e 92 da Carta Magna – estão nitidamente separadas.

O foco deste trabalho é uma análise crítica do sistema acusatório do direito processual penal pátrio, demonstrando ao leitor a necessidade de uma releitura dos institutos de toda sistemática do processo penal pátrio, compatibilizando o papel que cada interlocutor desempenha.

Área específica

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Áreas afins

PROCESSO PENAL E DIREITO PENAL

Palavras-chave

Processo Penal. Democracia. Contraditório.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3681

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S232m

Santana Filho, Dioneles Leone

Manual de processo penal / Dioneles Leone Santana Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

450p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-907-0

ISBN digital 978-65-5518-903-2

1. Processo penal. 2. Democracia. 3. Contraditório. I. Título.

CDD: 345.05

CDU: 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTANA FILHO, Dioneles Leone. *Manual de processo penal*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 450p. ISBN 978-65-5518-907-0.

DIONELES LEONE SANTANA FILHO

Mestre em Direito Internacional Público pela Universidad Politécnica y Artística del Paraguay (UPAP). Especializado em Direito Urbano e Ambiental pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Bacharel em Direito e Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor de Processo Penal e Criminologia. Promotor de Justiça do estado da Bahia.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Pedro Maia Souza Marques.....	29
-------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Paulinho Boca de Cantor.....	33
------------------------------	----

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	35
------------------	----

1.1	Considerações iniciais sobre o processo penal	35
1.2	Persecução penal	39

CAPÍTULO 2

SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS.....	41
----------------------------------	----

2.1	Introito.....	41
2.2	Evolução histórica dos sistemas processuais penais	43
2.2.1	Processo penal na Antiguidade	43
2.2.2	Processo penal na Idade Média	46
2.2.3	Verificação dos sistemas processuais estrangeiros na Idade Moderna	48
2.3	Os sistemas processuais penais: uma análise comparativa	52
2.3.1	Sistema inquisitivo.....	52
2.3.2	Sistema acusatório	54
2.3.3	Sistema misto.....	57

CAPÍTULO 3

INQUÉRITO POLICIAL.....	61
-------------------------	----

3.1	Conceito de inquérito policial	61
3.2	Finalidade	61
3.3	Natureza jurídica do inquérito policial	62
3.4	Elementos informativos e provas	63
3.5	Funções das polícias civil e federal no processo penal	64
3.5.1	Autoridade com atribuições para a presidência do inquérito policial	65
3.5.2	Natureza do crime e a responsabilidade da investigação criminal.....	66
3.5.2.1	Crime militar da competência da Justiça Militar da União: o art. 69, inciso III, do CPP, estabelece a competência da infração em razão da natureza da infração.....	66
3.5.2.2	Crime militar da competência da Justiça Militar Estadual.....	66
3.5.2.3	Crime eleitoral.....	66
3.5.2.4	Crime comum da competência da Justiça Federal.....	66
3.5.2.5	Crime comum da competência da Justiça Estadual.....	67
3.6	Características do inquérito policial.....	67
3.6.1	Procedimento (“processo”) investigatório inquisitivo	67
3.6.1.1	Desdobramentos necessários	68
3.6.2	Procedimento discricionário	69
3.6.3	Procedimento sigiloso	70
3.6.4	Procedimento escrito.....	70
3.6.5	Procedimento temporário.....	71
3.6.6	Procedimento indisponível	71
3.6.7	Procedimento dispensável.....	71
3.7	Formas de instauração do inquérito policial	73
3.7.1	Crimes de ação penal pública condicionada ou de ação penal de iniciativa privada	73
3.7.2	Crimes de ação penal pública incondicionada	74
3.8	Valor probatório do inquérito policial	74
3.9	Valor dos elementos migratórios.....	75
3.10	Vícios ou irregularidades do inquérito policial.....	75
3.11	Prazos	76
3.11.1	Delegado estadual	76
3.11.2	Delegado federal	76
3.11.3	Tráfico de drogas (art. 51, p. único, Lei nº 11.343/2006).....	77

3.11.4	Crimes contra a economia popular	77
3.11.5	Crimes militares	77
3.11.6	Excesso de prazo	77
3.11.7	Em caso de decretação da prisão temporária	77
3.11.8	Contagem do prazo	77
3.12	Indiciamento	78
3.13	Remessa dos autos ao órgão acusatório	78
3.14	Manifestações possíveis do Ministério Público ao receber o inquérito policial em se tratando de crime de ação penal pública	80
3.15	Esclarecimentos necessários	82
3.15.1	Relativos ao arquivamento do inquérito policial	82
3.15.2	Desarquivamento	84
3.16	Termo circunstanciado de ocorrência (TCO)	84
3.17	Arquivamento originário	85
3.18	Arquivamento implícito	85
3.19	Investigação defensiva	85

CAPÍTULO 4

AÇÃO PENAL.....	87
4.1	Notas introdutórias 87
4.2	Definição do direito de ação processual penal e o processo penal constitucional..... 88
4.3	Características do direito de ação..... 90
4.3.1	Direito público..... 90
4.3.2	Direito subjetivo..... 90
4.3.3	Direito autônomo..... 90
4.3.4	Direito abstrato..... 90
4.4	Condições da ação penal..... 90
4.4.1	Condições genéricas da ação penal..... 91
4.4.2	Condições específicas da ação penal..... 91
4.4.3	Prática de fato que é aparentemente criminoso 91
4.5	Reflexos do CPC numa análise sistemática..... 92
4.6	Classificação das ações penais (art. 100, CP)..... 95
4.6.1	Ação penal pública 95
4.6.1.1	Titular e peça acusatória 95
4.6.2	Espécies de ação penal pública 95
4.6.3	Espécies de ação penal privada 98
4.6.4	Ação penal <i>ex officio</i> 99
4.6.5	Ação penal popular 99
4.6.5.1	<i>Habeas corpus</i> 99
4.6.5.2	Denúncia do cidadão por crime de responsabilidade 99
4.6.5.3	Ação penal preventiva 100
4.6.5.4	Ação penal adesiva 100
4.6.6	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público (legitimidade concorrente) 100
4.6.7	Ação penal com foro por prerrogativa de função 101
4.6.8	Ação Penal por extensão 101
4.7	Princípios da ação penal 101
4.7.1	Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i> 101
4.7.2	Princípio da obrigatoriedade 101
4.7.3	Princípio da indisponibilidade 101
4.7.4	Princípio da divisibilidade 102
4.7.5	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade..... 103
4.7.6	Princípio da autoritariedade 103
4.7.7	Princípio da oficialidade 103
4.7.8	Princípio da oficiosidade 103
4.7.9	Princípio da indivisibilidade..... 103
4.8	Perempção..... 104

CAPÍTULO 5

COMPETÊNCIA	107
5.1 Conceito	107
5.2 Espécies de competência	107
5.2.1 Competência <i>ratione materiae</i>	107
5.2.2 Competência <i>ratione personae</i>	109
5.2.3 Competência <i>ratione loci</i>	111
5.2.4 Competência funcional	114
5.2.4.1 Por fase do processo	114

5.2.4.2	Por objeto do juízo.....	114
5.2.4.3	Por grau de jurisdição	115
5.2.4.4	Competência absoluta e competência relativa	115
5.2.4.4.1	Fundamento.....	115
5.2.4.4.2	Não observância da regra de competência	115
5.2.4.4.3	Declaração pelo juiz dentro do processo penal.....	115
5.2.5.4.4	Espécies de competência.....	115
5.2.5	Observação sobre a nulidade absoluta	116
5.2.6	Observação sobre a nulidade relativa.....	116
5.3	Até que momento o juiz poderá declarar de ofício a sua incompetência?.....	117
5.4	Reconhecimento da incompetência do juízo – efeitos	117
5.5	Competência da Justiça Federal.....	118
5.5.1	Análise dos incisos do art. 109 da CF.....	118
5.5.2	Casuística	121
5.5.2.1	Crime de dano em consulado estrangeiro	121
5.5.2.2	Bem tombado.....	121
5.5.2.3	Contrabando ou descaminho	121
5.5.2.4	Moeda falsa.....	122
5.5.2.5	Crime praticado contra os Correios	122
5.5.2.6	Crime de funcionamento de rádio pirata art. 183 da Lei nº 9.472/97.....	122
5.5.2.7	Crime federal conexo com crime estadual	122
5.5.2.8	Crimes contra a União, autarquias federais e empresas públicas federais	123
5.5.2.9	Crimes cometidos contra entidades de fiscalização profissional.....	123
5.5.2.10	Crimes praticados contra sociedade de economia mista	123
5.5.2.11	Crime de falso testemunho cometido na Justiça do Trabalho...124	
5.5.2.12	Crime de estelionato praticado mediante a falsificação das guias das contribuições previdenciárias.....	124
5.5.3	Conexão e continência.....	124
5.5.3.1	Conceito.....	124
5.5.3.2	Conexão.....	124
5.5.3.2.1	Classificação das hipóteses de conexão (art. 76, CPP).....	124
5.5.3.3	Continência	125
5.5.3.3.1	Conceito.....	125
5.5.3.3.2	Classificação.....	125
5.5.4	Regras incidentes na fixação do foro competente nos casos de conexão e continência	125
5.5.4.1	Justiça Especial e Justiça Comum	126
5.5.4.2	Tribunal do Júri e demais órgãos da Justiça Comum.....	126
5.5.4.3	Jurisdição de maior hierarquia e jurisdição de menor hierarquia	126
5.5.4.4	Órgãos que compõem a mesma Justiça e de igual hierarquia...127	
5.5.5	Separação dos processos.....	127
5.5.5.1	Obrigatória.....	127
5.5.5.2	Facultativa	127
5.6	Perpetuação da jurisdição.....	127

CAPÍTULO 6

DA RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....		129
6.1	Generalidades.....	129
6.2	Coisas que podem ser apreendidas.....	130
6.3	Coisas que não podem ser apreendidas	130
6.4	Coisas não restituíveis.....	131
6.5	Das coisas restituíveis.....	131
6.5.1	Legitimidade para reclamá-las	131
6.5.2	Competência para o deferimento do pedido	132
6.5.3	Restituição pleiteada ao delegado	132
6.5.4	Requisitos	132
6.5.5	Procedimento.....	132
6.6	Da restituição pleiteada ao juiz.....	132
6.6.1	Requisitos	133
6.6.2	Procedimento.....	133
6.6.3	Do acautelamento da coisa, quando duvidoso o direito.....	134
6.7	Do não cabimento do pedido de restituição	134
6.8	Da destinação das coisas apreendidas na ausência pedido de restituição	134
6.8.1	Do leilão dos instrumentos ou produtos do crime (art. 122, CPP).....	134

6.8.2	Do leilão de outras coisas apreendidas (art. 123, CPP)	135
6.9	Sistema recursal	135

CAPÍTULO 7

DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144-A, CPP)....

7.1	Pontos cruciais.....	137
7.2	Sequestro.....	138
7.2.1	Noções propedêuticas	138
7.2.2	Requisitos.....	139
7.2.3	Legitimidade para postular	139
7.2.4	Oportunidade.....	139
7.2.5	Procedimento legal	139
7.2.6	Dos embargos de terceiro	140
7.2.6.1	Dos embargos do terceiro senhor e possuidor	140
7.2.6.2	Dos embargos opostos pelo acusado e pelo terceiro de boa-fé... 140	
7.2.7	Do levantamento do sequestro	141
7.2.7.1	Sequestro de bens móveis.....	141
7.2.7.2	Do leilão dos bens sequestrados.....	142
7.2.7.3	Utilização do bem sequestrado, apreendido ou sujeito a outra medida assecuratória	142
7.3	Hipoteca legal.....	143
7.3.1	Conceito.....	143
7.3.2	Objetivo	144
7.3.3	Requisitos	144
7.3.4	Legitimidade para requerer	144
7.3.5	Procedimento.....	144
7.3.6	Do sequestro prévio.....	147
7.3.7	Do cancelamento do arresto ou da hipoteca legal	147
7.4	Arresto	147
7.4.1	Conceito.....	147
7.4.2	Requisitos	148
7.4.3	Legitimidade.....	148
7.4.4	Procedimento.....	148
7.4.5	Levantamento do arresto	149
7.5	Recursos	149

CAPÍTULO 8

INCIDENTE DE FALSIDADE.....

8.1	Peculiaridades	151
8.2	Conceito.....	151
8.3	Legitimidade.....	152
8.4	Procedimento.....	152
8.5	Natureza jurídica da decisão.....	152
8.6	Recursos	153

CAPÍTULO 9

INSANIDADE METAL DO ACUSADO.....

9.1	Considerações preliminares	155
9.2	Conceito.....	156
9.3	Legitimidade.....	156
9.4	Procedimento.....	157
9.5	Da insanidade mental durante o cumprimento da pena	159
9.5.1	Prazo	160

CAPÍTULO 10

PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....

10.1	Definição	161
10.2	Modalidades dos procedimentos	162
10.2.1	Procedimento comum (art. 394, §1º, CPP).....	162
10.2.1.1	Procedimento ordinário	162
10.2.1.2	Procedimento sumário	162
10.2.1.3	Procedimento sumaríssimo	162
10.2.2	Procedimentos especiais	163
10.3	Procedimento comum ordinário.....	163
10.3.1	Fase postulatória	163
10.3.1.1	A rejeição da denúncia ou queixa-crime	164
10.3.1.2	Recebimento da denúncia ou queixa-crime.....	166
10.3.1.3	Da citação, intimação e notificação.....	168

10.3.1.3.1	Espécies de citação.....	168
10.3.2	Absolvição sumária – julgamento antecipado da lide.....	174
10.3.3	Instrução processual.....	174
10.4	Procedimento comum sumário.....	175
10.5	Procedimento sumaríssimo.....	176

CAPÍTULO 11

PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....		177
11.1	Noções preliminares.....	177
11.1.1	Plenitude da defesa.....	178
11.1.2	Sigilo das votações.....	180
11.1.3	Soberania dos vereditos.....	180
11.1.4	Competência mínima.....	181
11.1.5	Princípio da plenitude da proteção da vida.....	181
11.2	Procedimento bifásico ou escalonado.....	183
11.2.1	Fases do sumário de culpa.....	183
11.2.2	Procedimento da primeira fase – sumário da culpa.....	183
11.2.3	Audiência concentrada.....	184
11.2.4	Decisões possíveis no sumário da culpa.....	185
11.2.4.1	Pronúncia.....	185
11.2.4.2	Impronúncia.....	187
11.2.4.3	Absolvição sumária.....	189
11.2.4.4	Desclassificação.....	192
11.2.5	Despronúncia.....	194
11.3	Intimação da decisão de pronúncia.....	194
11.4	Segunda fase – <i>iudicium causae</i>	195
11.4.1	Fases do <i>iudicium causae</i>	195
11.4.2	Desaforamento.....	197
11.4.3	Os jurados (arts. 436 a 446, CPP).....	199
11.4.4	Da composição do Tribunal do Júri e do Conselho de Sentença.....	202
11.4.4.1	Impedimentos dos jurados.....	202
11.4.4.2	Dia do julgamento. Ausências e adiamentos.....	203
11.4.4.2.1	Ausência do Ministério Público.....	203
11.4.4.2.2	Ausência do advogado.....	203
11.4.4.2.3	Ausência do réu solto.....	204
11.4.4.2.4	Ausência do advogado do assistente de acusação.....	204
11.4.4.2.5	Ausência do advogado do querelante.....	204
11.4.4.2.4.6	Ausência da testemunha.....	204
11.4.5	Formação do Conselho de Sentença.....	205
11.4.6	Audiência na sessão de julgamento do Plenário do Júri.....	206
11.4.7	Debates.....	208
1.4.8	Questionário e votação.....	211

CAPÍTULO 12

PRISÃO.....		215
12.1	Conceito.....	215
12.2	Prisões extraprocessuais penais.....	215
12.2.1	Prisão civil.....	215
12.2.2	Prisão do falido.....	216
12.2.3	Prisão administrativa.....	217
12.2.4	Prisão preventiva do estrangeiro para fins de extradição.....	217
12.2.5	Prisão militar.....	219
12.2.6	Prisão penal.....	220
12.3	Prisão cautelar, processual ou provisória.....	220
12.3.1	Espécies de prisão cautelar.....	220
12.3.1.1	Prisão em flagrante (art. 301 e 302, CPP).....	220
12.3.1.2	Espécies de prisão em flagrante.....	222
12.3.1.3	Fases da prisão em flagrante.....	228
12.3.1.4	Apreciação judicial da prisão em flagrante.....	231
12.3.1.4.1	Relaxamento da prisão em flagrante ilegal.....	231
12.3.2	Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.....	232
12.3.2.1	Requisitos.....	235
12.3.3	Concessão da liberdade provisória com ou sem fiança.....	240
12.3.4	Audiência de custódia.....	241
12.3.4.1	Conceito.....	241
12.3.4.2	Finalidades.....	241
12.3.4.3	Fundamento normativo.....	242
12.3.4.4	Legalidade dos provimentos e resoluções acerca da audiência de custódia.....	242

12.3.4.5	Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia em até 24 horas após a prisão	243
12.3.4.6	Oitiva do preso durante a audiência de custódia	243
12.3.4.7	Fixação da competência por prevenção	244
12.3.4.8	Procedimento a ser observado na realização da audiência de custódia	244
12.4	Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989)	244
12.4.1	Fundamentos	245
12.5	Prisão domiciliar	245
12.5.1	De natureza penal (LEP)	245
12.5.2	De natureza cautelar (arts. 317 e 318, CPP) – como alternativa a prisão cautelar (prisão preventiva ou temporária)	246
12.5.3	Prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar	246
12.6	Prisão especial	247
12.7	Medidas cautelares diversas	248

CAPÍTULO 13

PROVAS		251
13.1	Noções conceituais.....	251
13.2	Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	253
13.3	A prova não se confunde com os indícios.....	254
13.4	A finalidade e objeto da prova no processo penal	255
13.5	Sistemas de apreciação das provas processuais	256
13.5.1	Sistema da prova legal (ou tarifado ou certeza moral do legislador)	256
13.5.2	Sistema da íntima convicção (ou certeza moral do julgador)	256
13.5.3	Sistema da livre convicção (ou da persuasão racional do juiz)	256
13.6	Ônus da prova	258
13.7	Produção da prova pelo juiz de ofício	259
13.8	Provas obtidas por meio ilícito	260
13.9	Teorias sobre a utilização ou não da prova ilícita e suas consequências.....	261
13.9.1	Teoria da proporcionalidade ou da razoabilidade ou do sacrifício	261
13.9.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada, ou <i>fruits of the poisonous tree</i> , ou teoria da prova ilícita por derivação.....	262
13.9.3	Teoria da descoberta inevitável	262
13.9.4	Teoria do nexo causal atenuado (teoria da tinta diluída ou mancha purgada – <i>purged taint doctrine</i>).....	264
13.10	Sistema de valoração da prova – livre convencimento motivado	264
13.11	Prova emprestada	265
13.12	Procedimento probatório.....	265
13.13	Restrições à prova	265

CAPÍTULO 14

PROVAS EM ESPÉCIE.....	267
14.1 Do exame do corpo de delito e das perícias em geral	267
14.1.1 Definição	269
14.1.2 Finalidade	269
14.1.3 Espécies	269
14.1.4 Objeto da perícia	270
14.1.5 Natureza jurídica da perícia.....	270
14.1.6 Perícias de laboratório.....	270
14.1.7 Do laudo pericial.....	271
14.1.7.1 Legitimidade para elaboração do laudo.....	271
14.1.8 Prazo para a conclusão do laudo.....	273
14.1.9 Cadeia de custódia.....	273
14.1.9.1 Etapas de rastreamento.....	278
14.1.9.2 Crime de fraude processual (art. 347, CP).....	278
14.1.10 Dos quesitos.....	279
14.1.11 Da composição do laudo	279
14.1.12 Da nulidade da perícia – efeitos	280
14.1.13 Do exame do local onde houver sido praticada a infração.....	280
14.1.14 Da perícia por precatória	281

14.1.15	Da vinculação do juiz às conclusões dos peritos.....	281
14.1.16	Obrigatoriedade dos exames periciais.....	281
14.2	Procedimento pericial em relação a crimes específicos.....	281
14.2.1	Homicídio	281
14.2.1.1	Autópsia	281
14.2.1.2	Exumação para exame cadavérico	282
14.2.1.2.1	Providências a cargo do delegado.....	282
14.2.1.2.2	Providências a cargo dos peritos.....	282
14.2.1.2.3	Da dúvida quanto à identidade do cadáver exumado.....	283
14.2.2	Lesões corporais – do exame complementar	283
14.2.3	Crime de furto qualificado	284
14.2.4	Crimes de incêndio e dano	284
14.2.5	Crimes de falso.....	284
14.3	Do interrogatório do acusado	285
14.3.1	Natureza jurídica	285
14.3.2	Momento do interrogatório.....	286
14.3.3	Participação do interrogado no interrogatório.....	286
14.3.4	Procedimento.....	287
14.3.5	Interrogatório de corréus, do mudo, do surdo ou do surdo-mudo, do estrangeiro e do menor.....	288
14.3.6	Características do interrogatório	288
14.3.6.1	Ato público.....	288
14.3.6.2	Ato personalíssimo	288
14.3.6.3	Oralidade	288
14.4	Confissão	289
14.4.1	Valor.....	290
14.4.1.1	Verossimilhança	290
14.4.1.2	Credibilidade e coincidência	290
14.4.1.3	Persistência ou uniformidade	290
14.4.2	Características.....	290
14.4.3	Classificação.....	290
14.4.4	Momento	292
14.5	Perguntas ao ofendido	293
14.5.1	Valor probante.....	293
14.5.2	Características.....	294
14.5.3	Participação das partes na audiência do ofendido	294
14.5.4	Obrigatoriedade da audiência do ofendido.....	294
14.6	Das testemunhas – análise do art. 202 do CPP	295
14.6.1	Valor dos depoimentos das testemunhas.....	295
14.6.2	Classificação.....	296
14.6.3	Caracteres da prova testemunhal	297
14.6.3.1	Oralidade	297
14.6.3.2	Objetividade	297
14.6.3.3	Retrospectividade	297
14.6.4	Procedimento.....	297
14.6.5	Obrigatoriedade e proibição de depor.....	298
14.6.5.1	Impedimentos.....	298
14.6.6	Das perguntas e respostas	300
14.6.7	Da contradita	300
14.6.8	Depoimento de autoridades, militares e de funcionário público	301
14.6.8.1	Autoridades	301
14.6.8.2	Militares.....	301
14.6.8.3	Funcionários públicos	301
14.6.9	Depoimento através de precatória	301
14.6.10	Depoimento de estrangeiro, mudo, surdo ou surdo-mudo	302
14.6.11	Depoimento por antecipação	302
14.7	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	303
14.7.1	Definição	303
14.7.2	Procedimento.....	303
14.7.3	Reconhecimento por várias pessoas.....	307
14.8	Acareação	310
14.8.1	Definição	310
14.8.2	Requisitos.....	310
14.8.3	Pessoas que podem ser acareadas	311
14.8.4	Procedimento.....	311
14.8.5	Acareação por precatória	311
14.9	Documentos.....	311
14.9.1	Definição	311
14.9.2	Classificação.....	312
14.9.3	Momento para a produção da prova documental	312

14.9.4	Documentos cuja juntada é proibida	312
14.9.5	Exame pericial em documentos	313
14.9.6	Documento estrangeiro.....	313
14.9.7	Desentranhamento de documentos originais.....	313
14.10	Indícios	313
14.10.1	Definição	313
14.10.2	Objeto dos indícios	313
14.10.3	Valor.....	314
14.11	Da busca e apreensão	314
14.11.1	Definição	314
14.11.2	Espécies e distinções.....	316
14.11.2.1	Distinções	316
14.11.3	Finalidade da medida.....	317
14.11.4	Legitimidade para requer a medida	317
14.11.5	Conteúdo do mandado de busca e apreensão domiciliar e pessoal (art. 243, CPP)	318
14.11.5.1	Busca e apreensão domiciliar	318
14.11.5.2	Busca e apreensão pessoal.....	319
14.11.6	Dispensa do mandado	319
14.11.7	Procedimento nas buscas domiciliares.....	321
14.11.8	Busca em mulher.....	322
14.11.9	Busca e apreensão em outra comarca ou município.....	322
14.11.10	Busca e apreensão em escritório de advocacia	322

CAPÍTULO 15

SENTENÇA	325
15.1 Atos judiciais em sentido estrito	325
15.2 Decisões	325
15.2.1 Classificação – interlocutórias	326
15.2.2 Decisões definitivas, ou sentenças	326
14.2.3 Classificação das decisões definitivas quanto aos órgãos das quais promanam	327
15.2.4 Outras classificações: executáveis, não executáveis e condicionais	327
15.2.5 Sentenças simples, subjetivamente complexas e plúrimas	328
15.3 Sentença	328
15.3.1 Conceito	328
15.3.2 Função	329
15.3.3 Estrutura	329
15.3.4 Requisitos	329
15.4 Embargos de declaração	335
15.5 Princípio da correlação entre a acusação e a sentença	336
15.5.1 <i>Emendatio libelli</i>	336
15.5.2 <i>Mutatio libelli</i>	338
15.5.2.1 Generalidades	338
15.5.2.2 <i>Mutatio libelli</i>	339
15.5.2.3 Do aditamento	341
15.5.2.4 <i>Mutatio libelli</i> , na fase de recebimento da peça acusatória	341
15.6 Sentença nos crimes de ação penal pública	341
15.7 Sentença absolutória (art. 386, CPP)	342
15.7.1 Efeitos da sentença absolutória	342
15.8 Sentença condenatória	343
15.8.1 Etapas	343
15.8.2 Efeitos da sentença penal condenatória	348
15.8.3 Efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92, CP). Crimes contra a mulher por ser mulher	349
15.9 Publicação da sentença	354
15.10 Intimação da sentença – hipóteses	354
15.10.1 Partes presentes	354
15.10.2 Intimação do Ministério Público, defensor público, defensor nomeado (dativo) e curador nomeado pelo juiz	355
15.10.3 Intimação do querelante ou assistente	355
15.10.4 Intimação do réu	355
15.10.5 Intimação do defensor	356
15.11 Coisa julgada	356
15.11.1 Fundamento	357
15.11.2 Limites da coisa julgada	357
15.11.2.1 Limites objetivos	357
15.11.2.2 Limites subjetivos	358

CAPÍTULO 16

NULIDADES.....	359
16.1	Noções preliminares e definição..... 359
16.2	Atos processuais..... 360
16.3	Espécies de vícios ou irregularidades..... 361
16.3.1	Irregularidade sem consequências..... 362
16.3.2	Irregularidade com sanção extraprocessual..... 362
16.3.3	Irregularidade com invalidação do ato..... 362
16.3.4	Irregularidade com inexistência do ato..... 362
16.4	Princípios básicos das nulidades..... 362
16.4.1	Princípio da tipicidade das formas..... 362
16.4.2	Princípio do prejuízo (<i>pas de nullité sans grief</i>)..... 363
16.4.3	Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade... 363
16.4.4	Princípio da causalidade ou da consequencialidade..... 364
16.4.5	Princípio do interesse..... 365
16.4.6	Princípio da convalidação..... 365
16.4.7	Princípio da não preclusão..... 365
16.4.8	Princípio da lealdade..... 365
16.5	Espécies: nulidades absolutas e nulidades relativas..... 366
16.5.1	Nulidade relativa..... 366
16.5.2	Nulidade absoluta..... 367
16.5.2.1	Hipóteses de nulidades absolutas..... 369
16.6	Nulidades na primeira instância..... 371
16.7	Nulidades na segunda instância..... 371
16.8	Sentença condenatória com trânsito em julgado proferida por Justiça absolutamente incompetente..... 371
16.9	Réu absolvido com trânsito em julgado por Justiça absolutamente incompetente..... 372
16.10	Nulidade e ampla defesa..... 373
16.10.1	Defesa técnica (irrenunciável)..... 373
16.10.2	Autodefesa (renunciável)..... 373
16.11	Ausência do membro do Ministério Público..... 374
16.12	Delação de corréus e direito de defesa..... 374
16.13	Nulidade da citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação..... 374

CAPÍTULO 17

RECURSOS.....	375
17.1	Aspectos gerais sobre os recursos..... 375
17.1.1	Conceito..... 376
17.1.2	Fundamentos..... 376
17.1.3	Características..... 376
17.2	Natureza jurídica..... 377
17.3	Princípios recursais..... 377
17.3.1	Princípio da voluntariedade..... 377
17.3.2	Princípio da taxatividade..... 380
17.3.3	Princípio do duplo grau de jurisdição..... 380
17.3.4	Princípio da unirrecorribilidade..... 381
17.3.5	Princípio da fungibilidade..... 381
17.3.6	Princípio da convolação..... 383
17.3.7	Princípio da disponibilidade..... 383
17.3.8	Princípio da personalidade e da <i>non reformatio in pejus</i> [proibição da reforma para pior]..... 384
17.3.9	Princípio da <i>reformatio in melius</i> 385
17.3.10	Princípio da dialeticidade..... 385
17.3.11	Princípio da complementariedade..... 386
17.3.12	Princípio da colegialidade..... 386
17.4	Pressupostos recursais..... 386
17.4.1	Classificação dos pressupostos recursais..... 387
17.4.1.1	Pressupostos recursais objetivos..... 387
17.4.1.2	Pressupostos recursais subjetivos..... 390
17.5	Efeitos dos recursos..... 393
17.5.1	Efeito obstativo..... 393
17.5.2	Efeito devolutivo..... 393
17.5.3	Efeito suspensivo..... 394
17.5.4	Efeito iterativo, diferido ou regressivo..... 395
17.5.5	Efeito extensivo..... 395
17.5.6	Efeito substitutivo..... 396
17.5.7	Efeito translativo..... 396

CAPÍTULO 18

RECURSOS EM ESPÉCIE	397
18.1 Apelação.....	397
18.1.1 Fundamento.....	397
18.2 Espécies	398
18.2.1 Extensão	398
18.2.2 Legitimidade.....	398
18.2.3 Natureza da infração penal	399
18.2.4 Autonomia	399
18.3 Competência originária dos tribunais	400
18.4 Recolhimento à prisão para apelar	400
18.5 Hipóteses de cabimento da apelação	401
18.5.1 Contra sentença definitiva de condenação ou absolvição	401
18.5.2 Decisões do Tribunal do Júri (art. 593, inciso III, do CPP – das decisões do Tribunal do Júri)	402
18.5.2.1 As hipóteses elencadas no inciso III do art. 593 do CPP	403
18.5.2.1.1 Ocorrer nulidade posterior à pronúncia.....	403
18.5.2.1.2 For a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	404
18.5.2.1.3 Houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	404
18.5.2.1.4 For a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos	405
18.6 Efeitos da apelação	408
18.6.1 Efeito devolutivo.....	408
18.6.2 Efeito suspensivo	408
18.6.3 Efeito regressivo.....	410
18.6.4 Efeito extensivo	410
18.6.5 <i>Reformatio in pejus</i> e <i>reformatio in melius</i>	411
18.7 Procedimento e prazos da apelação.....	411
18.8 Julgamento da apelação	413
18.9 Sustentação oral	414
18.10 Recurso no sentido estrito (RESE)	414
18.11 Espécies de RESE	415
18.11.1 Espécies de cabimento do RESE fora do art. 581 do CPP	415
18.11.2 Hipótese nova de RESE no art. 581 do CPP	416
18.12 Procedimento e momento do cabimento do RESE	416
18.13 Efeitos do RESE	418
18.14 Prazo de interposição e de razões	419
18.14.1 Exceção. RESE contra a lista definitiva dos jurados no Tribunal do Júri	420
18.15 Apresentação das razões somente no primeiro grau	420
18.16 Protesto por novo júri.....	420
18.17 Embargos infringentes ou de nulidade	420
18.17.1 Pressupostos dos recursos.....	421
18.17.2 Prazo	422
18.17.3 Julgamento.....	422
18.17.4 Efeitos	422
18.18 Embargos de declaração	422
18.19 Agravo de execução.....	425
18.20 Carta testemunhável.....	426
18.20.1 Efeitos	426

CAPÍTULO 19

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	427
19.1 <i>Habeas corpus</i>	427
19.1.1 Conceito.....	427
19.1.2 Exceção	427
19.1.3 Natureza jurídica	429
19.1.4 Legitimidade.....	429
19.1.4.1 Legitimidade ativa.....	429
19.1.4.2 Legitimidade passiva	430
19.1.5 Modalidades de <i>habeas corpus</i>	430
19.1.5.1 <i>Habeas corpus</i> repressivo.....	430
19.1.5.2 <i>Habeas corpus</i> preventivo.....	431
19.1.5.3 <i>Habeas corpus</i> suspensivo	431
19.1.5.4 <i>Habeas corpus</i> para trancamento da ação penal proposta.....	431
19.1.5.5 <i>Habeas corpus</i> para declarar a nulidade.....	432

19.1.5.6	<i>Habeas corpus</i> para declarar a extinção da punibilidade.....	433
19.2	Competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i>	433
19.2.1	Em face da autoridade coatora	433
19.2.2	Competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o <i>habeas corpus</i>	433
19.2.2.1		434
19.2.2.2		434
19.2.3		434
19.2.3.1		434
19.2.3.2		434
19.2.4	Competência para julgar o <i>habeas corpus</i> em face das decisões dos Juizados Especiais Criminais	435
19.2.4.1		435
19.2.4.2		435
19.3	Concessão de liminar em sede <i>habeas corpus</i>	435
19.3.1	<i>Habeas corpus</i> contra liminar em decisão monocrática por ministro de tribunal superior.....	435
19.3.2	Vedações da Suprema Corte para concessão de <i>habeas corpus</i> ...	436
19.4	Ação de revisão criminal	437
19.4.1	Definição	437
19.4.2	Natureza jurídica	437
19.4.3	Prazo da revisão criminal	438
19.4.4	Interesse jurídico.....	438
19.4.5	Legitimidade para a provocação judicial	438
19.4.6	Pressupostos	439
19.4.7	Situações em que é possível a revisão criminal.....	439
19.4.7.1	Quando a decisão condenatória ou absolutória imprópria contrariar o texto da lei ou a evidência dos autos (art. 621, inciso I, CPP)	439
19.4.7.2	Quando a decisão estiver embasada em depoimentos, documentos ou perícias falsas (art. 621, II, CPP)	441
19.4.7.3	Quando após o trânsito em julgado são descobertas novas provas que justifiquem a absolvição ou o abrandamento da sanção (art. 621, III, CPP)	441
19.5	Efeitos e consequências do julgamento	441
19.5.1	<i>Judicium rescindens</i>	441
19.5.2	<i>Judicium rescisorium</i>	441
19.6	Incidência da revisão criminal nas condenações do júri.....	442
19.7	Competência	442
19.7.1	Decisão do juiz de primeiro grau	442
19.7.2	Acórdão do tribunal de Justiça	442
19.7.3	Acórdão proferido pelo tribunal regional federal.....	442
19.7.4	Acórdão prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça	442
19.7.5	Acórdão exarado pelo Supremo Tribunal Federal.....	443
19.8	Justa indenização	443
19.9	Pontos controversos.....	444
REFERÊNCIAS.....		445